

No. 35477

**Brazil
and
China**

Complementary Arrangement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the People's Republic of China to the Agreement on economic and technological cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the People's Republic of China to guarantee the quality of imported and exported products. Beijing, 1 December 1998

Entry into force: *1 December 1998 by signature, in accordance with article 10*

Authentic texts: *Portuguese, Chinese and English*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 5 February 1999*

**Brésil
et
Chine**

Arrangement complémentaire entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République populaire de Chine à l'Accord de coopération économique et technologique entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République populaire de Chine en vue de garantir la qualité des produits importés et exportés. Beijing, 1 décembre 1998

Entrée en vigueur : *1er décembre 1998 par signature, conformément à l'article 10*

Textes authentiques : *portugais, chinois et anglais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 5 février 1999*

P. Rodrigues

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

AJUSTE COMPLEMENTAR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA AO ACORDO DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DE PRODUTOS IMPORTADOS E EXPORTADOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China
(doravante denominados como “as Partes”),

Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento ao comércio, assegurar a qualidade dos produtos importados e exportados e simplificar as formalidades para inspeção de tais produtos entre os dois países,

Ajustaram o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes designam, respectivamente, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) da República Federativa do Brasil e o *State Administration for Entry - Exit Inspection and Quarantine* (SAIQ) da República Popular da China, (doravante denominados Órgãos Competentes), responsáveis pela organização, coordenação e supervisão da implementação deste Ajuste.

ARTIGO 2

Os departamentos competentes das Partes ater-se-ão às leis, regulamentações e regras da República Federativa do Brasil e da República Popular da China.

ARTIGO 3

Este Ajuste aplica-se à certificação de produtos importados e exportados, entre os dois países, sob a competência dos Órgãos Competentes. A lista de produtos sujeitos à certificação e aos requisitos de certificação será definida separadamente pelos Órgãos Competentes.

ARTIGO 4

Enquanto os produtos arrolados na lista acima mencionada forem exportados pelos distribuidores estrangeiros das Partes, estes produtos devem estar certificados e o que se exige como certificado e/ou marcas de certificação deve ser reconhecido pelos Órgãos Competentes. O tipo da certificação, os modelos dos certificados e as marcas da certificação deverão ser aprovados separadamente, enquanto o programa para esta certificação deverá ser aprovado pelos Órgãos Competentes.

ARTIGO 5

No caso específico de importações ou exportações de instrumentos de medida e equipamentos compreendidos no campo de metrologia legal, os organismos competentes de cada país seguirão as regulamentações técnicas da Organização Internacional de Metrologia Legal - OIML e os devidos ajustes deverão ser estabelecidos separadamente pelos Órgãos Competentes.

ARTIGO 6

Os organismos nacionais de credenciamento respectivamente autorizados pelos Órgãos Competentes, sujeitos à assinatura de acordo de reconhecimento mútuo, reconhecerão reciprocamente os laboratórios de ensaios, os organismos de inspeção e certificação credenciados com base nos critérios das normas internacionais e/ou guias (ISO/IEC). Os Órgãos Competentes reconhecerão mutuamente os certificados e/ou marcas de certificação emitidas com base nos resultados de ensaio, inspeção e certificação destes laboratórios de ensaio, inspeção e organismos de certificação.

ARTIGO 7

O Órgão Competente do país importador tem o direito de organizar a inspeção por amostragem dos produtos importados compreendidos neste Ajuste. Se, através da inspeção das amostragens os produtos não estiverem de acordo com os requisitos exigidos, o Órgão Competente do país importador não permitirá sua importação e ao mesmo tempo, informará ao Órgão Competente do país exportador.

ARTIGO 8

Para que seja assegurada a eficaz implementação deste Ajuste, os Órgãos Competentes intercambiarão informações sobre ensaios de produtos, certificação, certificação de sistemas da qualidade e credenciamento de laboratórios de ensaios e calibração, assim como organismos de inspeção e certificação.

As Partes conduzirão a necessária cooperação no campo tecnológico.

O intercâmbio e os métodos de cooperação serão determinados em consonância com os documentos acordados pelos Órgãos Competentes.

ARTIGO 9

As Partes farão consulta entre si para dirimir qualquer controvérsia advinda da implementação deste Ajuste.

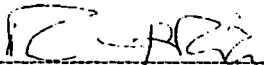
ARTIGO 10

O presente Ajuste entrará em vigor no dia de sua assinatura e terá a duração de 5 (cinco) anos. Poderá ser automaticamente prorrogado por mais 5 anos, a menos que uma das Partes notifique a outra sobre sua intenção de pôr fim a tal Ajuste com, no mínimo, 6 (seis) meses de antecedência.

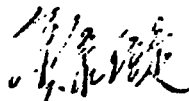
ARTIGO 11

Este Ajuste poderá ser emendado pelo mútuo consenso entre as Partes. As emendas vigorarão a partir do dia de sua notificação confirmando a emenda proposta.

Feito em Pequim, em 01 de dezembro de 1998, em dois exemplares originais, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA
Li Young Wu
Administrador das Industrias
de Petroléo e Químicas da RPD

[CHINESE TEXT — TEXTE CHINOIS]

巴西联邦共和国政府和中华人民共和国政府
为保证进出口商品质量
对两国政府间经济合作协议的补充协定

巴西联邦共和国政府和中华人民共和国政府（以下简称“双方”）为促进双边贸易发展，保证两国间进出口商品质量并简化进出口商品检验手续，达成协议如下：

第一条

双方分别指定巴西联邦共和国国家计量、标准化与工业质量研究院 (INMETRO) 和中华人民共和国国家出入境检验检疫局 (SAIQ)（以下简称“双方主管部门”）负责组织、协调、监督本协定的执行。

第二条

双方的有关单位在执行本协定过程中，应遵守巴西联邦共和国和中华人民共和国的法律、法规和规章。

第三条

本协定适用于双方主管部门管理范围内的两国进出口商品质量认证，具体认证商品目录及各商品认证条件由协定双方主管部门另行商定。

第四条

双方的外贸经营单位出口上述目录清单所列的商品时，该商品须获得认证，这种认证体现为获有双方主管部门承认的“认证证

书”和/或“认证标志”。这种认证的认证型式及“认证证书”和“认证标志”的式样及具体实施安排由双方主管部门另行批准。

第五条

当进出口法定计量领域涵盖的计量仪器和设备时，双方有关单位应遵循国际法定计量组织（OIML）的技术规定，具体安排由双方主管部门另行协商。

第六条

双方主管部门各自授权的国家认可机构在签定相互承认协议后，相互承认按照国际标准和/或指南（ISO/IEC）的要求所认可的测试实验室、检验和认证机构，双方主管部门将相互承认按这些实验室、检验和认证机构的测试、检验和认证结果为依据颁发的“认证证书”和/或“认证标志”。

第七条

进口国主管部门有权对本协定涉及的进口商品组织抽验。经抽验发现商品与要求不符时，进口国主管部门将不允许该商品进口并通知出口国主管部门。

第八条

为保证本协定的有效实施，双方主管部门将相互交流有关产品测试、产品认证、质量体系认证、测试和校准实验室及检验和认证机构认可方面的情况，并在技术领域进行必要的合作。交流和合作的方式以双方主管部门商定的文件确定。

第九条

在执行本协定过程中出现争议时，由双方协商解决。

第十条

本协定自签字之日起生效，有效期为五年。如期满前六个月一方未通知另一方要求终止本协定，则本协定自动延长五年。

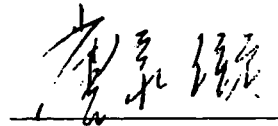
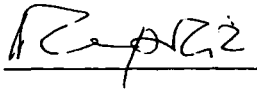
第十一条

本协定经双方同意可进行修订。这种修订自确定修订的通知发出之日起生效。

本协定于1998年12月1日在北京签订，一式两份，每份都用葡萄牙文、中文和英文三种文字写成，三种文本同等作准，如对文本解释发生分歧，以英文本为准。

巴西联邦共和国政府
代表

中华人民共和国政府
代表



[ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS]

COMPLEMENTARY ARRANGEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA TO THE AGREEMENT ON ECONOMIC AND TECHNOLOGICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA TO GUARANTEE THE QUALITY OF IMPORTED AND EXPORTED PRODUCTS

The Government of the Federative Republic of Brazil and The Government of the People's Republic of China (hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering the need to promote trade development, ensure the quality of imported and exported products and simplify the inspection formalities of such products between the two countries,

Have reached the following understanding:

Article 1

The Parties respectively indicate the National Institute for Metrology, Standardization and Industrial Quality (INMETRO) of the Federative Republic of Brazil and the State Administration for Entry-Exit Inspection and Quarantine (SAIQ) of the People's Republic of China, hereinafter referred to as the Competent Authorities of the Parties, to be responsible for organizing, coordinating and supervising the implementation of this Agreement.

Article 2

The relevant departments of the Parties shall abide by the laws, regulations and rules of the Federative Republic of Brazil and the People's Republic of China.

Article 3

This Arrangement applies to the certification of imported and exported products between both countries under the competence of the Competent Authorities of the Parties. The catalogue of products subject to the certification and the certification requirements for the products shall be defined upon separately by the Competent Authorities of the Parties.

Article 4

While the products listed in the above-mentioned catalogue are exported by the foreign trade dealers of the Parties, these products must have been certified and what it requires such as a certificate and/or certification marks recognized by the Competent Authorities of the Parties. The type of the certification, the samples of the certificates and certification

marks shall be approved upon separately and the schedule for this certification shall be approved by the Competent Authorities of the Parties.

Article 5

In the specific case of imports or exports of measuring instruments and equipment covered in the field of legal metrology, the relevant bodies of each country shall follow the technical regulations of the International Organization of Legal Metrology (OIML), and the specific arrangements shall be agreed upon separately by the Competent Authorities of the Parties.

Article 6

The national accreditation bodies respectively authorized by the Competent Authorities of the Parties, subject to the signing of mutual recognition agreement, shall mutually recognize the testing laboratories, inspection and certification bodies accredited on the basis of criteria in international standards and/or guides (ISO/IEC). The Competent Authorities of the Parties shall mutually recognize the certificates and/or certification marks issued on the basis of the testing, inspection and certification results from these test laboratories, inspection and certification bodies.

Article 7

The Competent Authority of the importing country has the right to organize the sampling inspection of the imported products involved in this Arrangement. If the products are not up to the requirements shown through the sampling inspection, the Competent Authority of the importing country shall not allow them to be imported, and at the same time shall inform the Competent Authority of the exporting country.

Article 8

In order to assure the efficient implementation of this Arrangement, the Competent Authorities of the Parties shall mutually exchange information on product testing, certification, quality systems certification, and accreditation of testing and calibration laboratories as well as inspection and certification bodies and conduct the necessary cooperation in the technological field. The exchange and cooperation methods shall be determined according to the documents agreed upon by the Competent Authorities of the Parties.

Article 9

The Parties shall consult with each other to settle any disputes arising from the implementation of this Arrangement.

Article 10

The present Arrangement will enter into effect on the day of its signature and will have the duration of 5 (five) years. It shall automatically be extended for a subsequent period of five years unless any of the Parties notify the other of its intention to terminate it 6 (six) months in advance.

Article 11

This Arrangement can be amended through mutual consensus by the Parties. The amendments will enter into effect on the day of the notification confirming the proposed amendment.

Done in Beijing on December 1st 1998, in duplicate, in the Portuguese, Chinese and English languages, all texts being equally valid and authentic. In case of divergence, the English text will prevail.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

For the Government of the People's Republic of China:

LI YOUNG WU

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ARRANGEMENT COMPLÉMENTAIRE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE CHINE À L'ACCORD DE COOPÉRATION ÉCONOMIQUE ET TECHNOLOGIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DE CHINE EN VUE DE GARANTIR LA QUALITÉ DES PRODUITS IMPORTÉS ET EXPORTÉS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République populaire de Chine (ci-après dénommés "les Parties"),

Considérant la nécessité de promouvoir le développement des échanges, d'assurer la qualité des produits importés et exportés et de simplifier les formalités d'inspection desdits produits entre les deux pays,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Chacune des Parties indique que l'Institut national de métrologie, de normalisation et de qualité industrielle (INMETRO) de la République fédérative du Brésil et l'Administration étatique chargée de l'inspection à l'entrée et à la sortie et de la quarantaine, ci-après dénommés les Autorités compétentes des Parties, sont responsables de l'organisation, de la coordination et de la supervision en ce qui concerne l'application du présent Accord.

Article 2

Les services compétents des Parties se conforment à la législation et à la réglementation de la République fédérative du Brésil et de la République populaire de Chine.

Article 3

Le présent Accord s'applique à la certification des produits importés et exportés entre les deux pays par les Autorités compétentes des Parties. Le catalogue des produits soumis à certification et les conditions requises pour obtenir la certification des produits sont déterminés séparément par les Autorités compétentes des Parties.

Article 4

Bien que les produits qui figurent au catalogue mentionné ci-avant soient exportés par des agents d'import-export des Parties, lesdits produits doivent avoir été certifiés et porter un certificat ou les marques d'une certification reconnus par les Autorités compétentes des Parties. Le type de certification, les exemplaires des certificats ainsi que les marques

de la certification doivent être approuvés séparément par les Autorités compétentes des Parties de même que les tableaux relatifs à la certification.

Article 5

Dans le cas particulier de l'importation et de l'exportation des instruments de mesure et du matériel couvert et qui relèvent du domaine de la métrologie légale, les organismes compétents de chaque pays observent la réglementation technique de l'Organisation internationale de métrologie légale (OIML), et les arrangements concrets sont convenus séparément par les Autorités compétentes des Parties.

Article 6

Sous réserve de la signature d'un accord de reconnaissance mutuelle, les organismes d'accréditation habilités par les Autorités compétentes des Parties reconnaissent mutuellement les laboratoires d'analyse, les organismes d'inspection et de certification accrédités à la lumière des critères établis par les normes internationales et/ou les manuels d'instruction (ISO/IEC). Les Autorités compétentes des Parties reconnaissent mutuellement les certificats et/ou les marques de certification accordés sur la base des résultats des analyses, des inspections et des certifications desdits laboratoires d'analyse et organismes d'inspection et de certification.

Article 7

Les Autorités compétentes du pays d'importation ont le droit de procéder à une inspection par prélèvements des produits importés visés par le présent Accord. Si les prélèvements devaient démontrer que les produits ne sont pas conformes aux exigences, les Autorités compétentes du pays d'importation n'interdisent pas leur importation et en informent les Autorités compétentes du pays d'exportation.

Article 8

De manière à assurer une application efficace du présent Accord, les Autorités compétentes des Parties procèdent à un échange d'informations concernant les tests des produits, leur certification, la certification des systèmes de contrôle de la qualité, l'accréditation des laboratoires d'analyse et de calibrage, ainsi qu'en ce qui concerne les organismes d'inspection et de certification. En outre, elles assurent la coopération technologique indispensable. Les méthodes d'échanges et de coopération sont mises au point conformément aux documents convenus entre les Autorités compétentes des Parties.

Article 9

Les Parties procèdent à des consultations pour assurer le règlement de tout différend relatif à l'application du présent Accord.

Article 10

Le présent Accord entrera en vigueur dès sa signature et sa durée sera de cinq (5) ans. Il sera automatiquement reconduit pour une période quinquennale complémentaire à moins que l'une des Parties n'ait notifié l'autre Partie son intention de le dénoncer moyennant un préavis de six (6) mois.

Article 11

Le présent Accord pourra être amendé par accord mutuel des Parties. Les amendements entreront en vigueur dès la notification confirmant leur approbation.

Fait à Beijing, le 1er décembre 1998, en double exemplaire, en langues portugaise, chinoise et anglaise. En cas de divergence d'interprétation, le texte anglais prévaudra.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :
Le Ministre des affaires étrangères,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République populaire de Chine :
L'Administrateur des industries du pétrole
et des produits chimiques de RPC,
LI YOUNG WU

